

Salário dos vereadores pode cair para R\$ 2 mil

Cinco dias depois de aprovarem, por cinco votos a quatro, reposição de 9,42%, elevando seus próprios salários para R\$ 6.846,36, os vereadores começam a discutir um projeto de lei que reduz o subsídio em 71% a partir de 2017. Rose Almeida (PSB) e Márcio Müller (SDD) protocolaram um projeto de lei que fixa o valor para a próxima legislatura em apenas R\$ 2 mil. A matéria ainda será discutida na Comissão Geral de Pareceres e não há previsão de votação no plenário.

Em sua justificativa, os autores do projeto explicam que, diariamente, em todo o país, ocorrem protestos contra o valor dos salários pagos aos políticos, especialmente aos vereadores, em seus municípios. Diante da crise econômica que afeta o país e reduz a arrecadação das prefeituras, a fixação do subsídio em R\$ 2 mil representará uma significativa economia aos cofres

públicos. Hoje, os salários dos vereadores representam uma despesa anual da ordem de R\$ 820 mil. Se a proposta for aprovada, este valor será reduzido em R\$ 581 mil. Em quatro anos, a economia será de R\$ 2,3 milhões.

Rose Almeida e Márcio Müller lembram, na justificativa do projeto, que a cobrança pela redução das despesas com os políticos tem crescido ultimamente, especialmente nas redes sociais. “Já que a população anseia de forma tão grande que seus legisladores diminuam seus vencimentos, cabe a nós, representantes do povo, atender a esta demanda”, destacam. Ambos observam, também, que não existe no horizonte nenhuma perspectiva de fim da crise na economia, sugerindo que o município enfrentará dificuldades financeiras nos próximos anos.

O fato de apresentarem o projeto dias depois de

votarem a favor de uma reposição salarial, segundo Márcio, não constitui contradição. “A reposição da inflação está prevista na Constituição, é lei, portanto, precisava ser aprovada. Agora, estamos fixando os subsídios para a próxima legislatura. É um novo momento”, define.

Müller também garante que a proposta de redução dos vencimentos não é uma manobra para, logo em seguida, aumentar o número de cadeiras do Legislativo. “Hoje, se houvesse um projeto nesse sentido, eu seria contra, pelos mesmos motivos que nos levaram a propor a redução dos salários: a necessidade de fazer economia”, assegura. Pela lei, Montenegro pode ter até 15 vereadores. Hoje, são 10.

A reportagem do Jornal Ibiá tentou conversar com a vereadora Rose Almeida na tarde desta terça-feira, mas não conseguiu localizá-la. (MR)